



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

19º Reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais

Data: 19-10-2023

Local: Microsoft TEAMS (virtual)

RESUMO

1. Abertura

- **Presidente do CIPAM João Paulo Capobianco:** Cumprimentou a todos os participantes da reunião e solicitou que a diretora geral do DSisnama Marcela Morais esclarecesse sobre os participantes titulares que tinham direito ao voto. Em seguida anunciou o início da elaboração da Agenda Nacional de Meio Ambiente no biênio 2024-2025, Etapa 1, aberta aos conselheiros do Conama e convidou a diretora Marcela para dirigir os trabalhos.

2. Elaboração da Agenda Nacional de Meio Ambiente

- **Diretora Marcela Morais:** Iniciou a apresentação dos objetivos da reunião, que consiste em um espaço de escuta sobre as propostas de temas, programas e projetos considerados prioritários ao Sisnama para melhoria da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável do país no biênio 2024-2025. Em seguida apresentou a atribuição do Conama prevista no Decreto N° 99.274/90, o conceito da Agenda Nacional de Meio Ambiente, a previsão no Regimento Interno, os próximos passos a serem seguidos e o prazo para as contribuições dos conselheiros. Esclareceu também que na reunião seriam apresentados os objetivos do PPA que dialogam com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para isso o Henrique Dollabela faria uma apresentação sobre os eixos prioritários do Governo Federal. Na sequência, seria aberta a palavra para que os outros setores falassem sobre suas contribuições e as prioridades para os próximos dois anos. Além disso, a sociedade civil tinha elaborado um documento para apresentar e os demais setores também poderiam trazer suas contribuições, mesmo que ainda não as tenham sistematizado em documento.
- **Diretor de Gestão Estratégica Henrique Dolabella:** Cumprimentou a todos e passou a apresentar o processo de elaboração do PPA. Abordou as premissas do PPA, a visão de futuro do plano, os 03 eixos dos objetivos estratégicos, as inovações desse PPA que trouxe prioridades absolutas que permeiam todos os programas, as agendas transversais, a participação social e os programas do coordenados pelo MMA.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Diretora Marcela Moraes:** propôs prosseguir com a apresentação das propostas setoriais e fazer os debates ao final da reunião. Em seguida convidou a conselheira Muriel para apresentar as propostas da sociedade civil.
- **Conselheira Muriel Saragoussi:** Cumprimentou todos os presentes e iniciou a apresentação. Abordou o modo de elaboração e a participação da sociedade civil no processo que resultou em um documento de síntese, os princípios para essa elaboração, a forma de identificação dos temas, a organização do conteúdo do documento, os temas sugeridos acompanhados das justificativas para o Conama e para a Agenda Nacional de Meio Ambiente.
- **Conselheiro João de Deus:** Complementou a apresentação destacando sobre a proposta para o Fundo da Mata Atlântica pelo Governo Federal. Ele destacou que diversos municípios já elaboraram planos de restauração da Mata Atlântica. Sem a implementação do fundo, esses municípios perdem um incentivo crucial para avançar em seus planos. O Fundo é essencial para permitir que os municípios que já possuem planos possam acessar recursos necessários para a sua implementação. Com relação às resoluções que tratam de vegetação primária e secundária de Mata Atlântica, foi proposto a revisão das resoluções que tratam da vegetação florestal. O motivo da revisão é que essas resoluções foram estabelecidas antes da Lei da Mata Atlântica. Embora tenha sido aprovada uma resolução que convalidou as anteriores, muitas delas não estão alinhadas com os parâmetros estabelecidos pela referida lei. A resolução 417 que trata de restinga foi complementada após a Lei de Mata Atlântica. No entanto, foi uma resolução geral remetida para os estados fazerem complementações, principalmente em relação ao parâmetro de espécies indicadoras. E a resolução referente a campos de altitude não tiveram as complementações previstas realizadas. Então seria importante se debruçar sobre essas resoluções, pois há dificuldades na operacionalização da Lei de Mata Atlântica, principalmente no sentido de não garantir uma maior precisão na caracterização da vegetação que está associada com as autorizações de corte. A necessidade dessa revisão está muito associada à necessidade de garantir uma efetividade maior para a aplicação da lei da Mata Atlântica, tanto nas resoluções quanto na questão do Fundo.
- **Conselheira Lisiane Becker:** Trouxe à discussão a necessidade de urgência na regulamentação do Artigo 5º e do artigo 11º da Lei complementar 140, relacionados à aplicação da Lei da Mata Atlântica. Há uma preocupação com os desmatamentos que estão sendo legalizados por meio de termos de cooperação, onde a competência é delegada aos estados ou municípios. Enfatizou a necessidade de priorizar a manutenção dos ecossistemas da Mata Atlântica e analisar cuidadosamente os artigos mencionados em relação à Lei.
- **Conselheira Andréa Vulcanis:** Ressaltou que foi encaminhado um pedido para adiar a reunião do dia 23 uma vez que a Abemma não conseguiu se organizar para a agenda. A Abemma vai ter uma reunião no início da próxima semana e adiantou o pedido para adiar a agenda da segunda-feira. A



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

quinta-feira seria o tempo para conseguir estruturar a proposta da Abemma, e a partir disso gostaria de entender a proposta de aprovação e de validação da Agenda Nacional de Meio Ambiente, porque a contribuição das ONGs (sociedade civil) considerou serem muito importantes. Certamente terão consentimento, mas precisariam se debruçar, e às propostas do MMA.

- **Diretora Marcela Morais:** Foi decidido, neste momento, que seria importante abrir um espaço de escuta para os diversos setores, para esse processo da agenda que está iniciando agora, e reunir essas diferentes visões dos setores na busca de sistematizar convergências e identificar as divergências. Considerou que a próxima reunião do Cipam será esse momento de ouvir as contribuições e receber as sistematizações e será preciso pelo menos 2 dias para organizar as contribuições por temas e colocar em discussão para o Cipam. Essa seria a proposta de metodologia construída. Sobre a questão do adiamento da reunião, existe um prazo regimental para apresentar uma proposta para a plenária, que é de 15 dias para tornar público um documento que vai pautar a reunião. Então o dia 23 é o prazo máximo, até por conta da revisão do regimento, foi trabalhado com o máximo de agilidade possível para garantir que houvesse o cumprimento dessa determinação regimental.
- **Conselheira Andréa Vulcanis:** Questionou: a Abemma trazendo contribuições, ela deverá fazer no plenário?
- **Secretário Capobianco:** Respondeu a pergunta da Andréa: O ideal seria um esforço da Abemma para trazer isso para a próxima reunião. Evidentemente também poderá ser levado ao plenário, porém seria menos produtivo. A oportunidade de organizar bem o documento torna a reunião plenária mais objetiva. Por isso o apelo para que haja esse esforço para receber pelo menos uma parte importante das contribuições, mesmo que no plenário a Agenda receba outras complementações.
- **Conselheiro Marçal Cavalcanti Presidente ANAMMA:** Ressaltou que serão apresentadas até a segunda-feira as ações primordiais para os municípios. Gostaria que nessas contribuições, quando houvesse participação do MMA, nacional ou estadual sempre nas 3 esferas os municípios participassem, pois tudo ocorre nos municípios: a falta de água, o incêndio, o calor, o clima, e quando se está se discutindo resoluções todas as ações só ficam entre o estado e a nação e os municípios ficam penalizados. Mas a fala de hoje é específica para o bioma Caatinga, para o bioma do Cerrado, e a preocupação com os Pampas. É preciso ter resoluções para uma visão melhor e sair daqui do Cipam para ir para o plenário do Conama, ver se aprova uma ação, porque a Amazônia está na UTI, a Mata Atlântica está na UTI, e a Caatinga e o Cerrado estão indo para a fase terminal. Se não tivermos uma ação nossa agora, emergencial, do próprio Ministério, a dificuldade será muito grande lá na frente.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Conselheira Muriel Saragoussi:** Na questão da participação social, em razão do grupo de trabalho que está discutindo participação e a revisão do Regimento Interno também estar discutindo a participação social no Conama, então isso não foi colocado explícito no texto, mas talvez fosse importante colocar essa participação da sociedade civil. O segundo ponto é a enorme convergência entre os quatro grandes programas do PPA a cargo do MMA, com as propostas gerais feitas pela sociedade civil. Considerou que todas as propostas da sociedade civil se encaixam dentro delas, fora uma ou outra que talvez sejam um trabalho mais transversal da questão ambiental e do combate à mudança climática. A sugestão seria avançar um pouco mais nos documentos, já que os outros setores não terminaram ainda de preparar a sua contribuição, e então finalizariam até segunda-feira junto com as contribuições que chegarem até a convocação para a reunião do Conama. Seria uma Versão 1. E que se consiga marcar mais uma reunião do Cipam para um checklist, verificando onde não há divergências e levar isso como proposta de consenso, levando para o plenário só os pontos divergentes ou que se queira discutir com mais aprofundamento. Isso agilizaria a plenária tirando um pouco da pressão nos estados e municípios que ainda não conseguiram fazer sua contribuição e do setor privado também. Essa seria uma sugestão prática.
- **Presidente Capobianco:** Considerou essa sugestão extremamente oportuna que será adotada a produção de uma versão 1.0 que vai cumprir o prazo regimental da convocação do Conama e informar que é um processo, que o documento seguirá em aprimoramento, portanto, teria mais prazo para que as contribuições fossem feitas ao longo do tempo. Seria assumida essa sugestão de fazer mais uma reunião do Cipam para verificar a segunda versão do documento. Solicitou ao Henrique Dolabella que trabalhe junto à equipe do Conama para colocar essas propostas dentro das prioridades do governo federal, do governo Lula e das prioridades do MMA para verificar como elas endereçam, como disse a Muriel, é evidente a aderência ao PPA, ao Ministério e às prioridades de governo, então seria interessante fazer uma matriz mostrando essas propostas trazidas até o momento pela sociedade civil e que certamente receberemos da Anamma e do setor privado essas contribuições de agenda.
- **Secretário Adalberto:** Informa que no dia seguinte teria a reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental onde foi decidido fazer um processo participativo para definir quais seriam as 10 resoluções prioritárias para o curto e o médio prazo. Foi feita uma tabela com as indicações que existiam dentro do MMA, as que vieram da sociedade civil e de outros atores. Foram colocados 5 critérios para dar nota e elaborado um ranking das notas finais que foi enviado para os conselheiros, que no dia seguinte seria apresentado e debatido com todos na câmara técnica. Nesses resultados entre as três que foram citadas aqui a Resolução nº491 foi a que teve a maior votação, obviamente, em função da decisão do Supremo que já impõe um prazo. A Resolução nº 2 é a 499 referente ao coprocessamento, que tem um impacto ambiental e poderia continuar sendo debatida na câmara técnica em que está. E a terceira seria sobre as fontes de emissões fixas, em especial para as plataformas de petróleo, e ela realmente não estava com uma



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

prioritária, mas amanhã seria levada essa sugestão. E em função de uma ação direta de inconstitucionalidade protocolada pela PGR, que está em vias de decisão pela Ministra Carmen Lúcia, provavelmente a câmara terá que entrar em medida de urgência para debater a mesma. Por isso essas seriam as 3 sugestões de resolução que estarão na pauta da câmara técnica para serem discutidas.

- **Carlos Eduardo Marinelli - chefe do gabinete da Secretaria Nacional de Biodiversidade e Florestas e Direitos Animais em substituição à secretária Rita Mesquita, que é membro do conselho do Conama:** Gostaria de trazer informações com relação ao que está sendo debatido no âmbito da Secretaria de Biodiversidade que converge com os elementos que foram trazidos, principalmente pela sociedade civil e que devem estar como contribuição nesse processo. Na Secretaria de Biodiversidade e Florestas tem a questão da revitalização dos espaços públicos de governança e participação social para uma gestão mais estratégica e o fortalecimento da articulação junto às diferentes esferas de governo e da sociedade. O que tem sido lido como um fortalecimento dos mecanismos do próprio Sisnama. Então alguns exemplos de ações e iniciativas por parte da SBio que vão ser muito importantes que aconteçam em conjunto é o fortalecimento da articulação entre as diferentes esferas de governo e da sociedade, o que inclui ações e iniciativas das quais a SBio entende que é fundamental que elas aconteçam em regime de parceria, fortalecimento e colaboração do governo federal com os estados e os municípios e, portanto, no âmbito de fortalecimento do Sisnama. Nessa linha destacou o fortalecimento do Sistema Nacional De Unidades De Conservação (SNUC), incluindo a própria regulamentação de uma série de pontos do SNUC, entre eles um que foi citado pela Muriel no documento da sociedade civil que é a questão da zona de amortecimento. Tem também a questão da retomada da estratégia e Plano de Ação Nacional da Biodiversidade, com esforços e participação dos diferentes estados. A retomada do Fórum dos Gestores do SNUC junto a todos os estados e o Distrito Federal, o fortalecimento é dos trabalhos junto às Reservas da Biosfera e os Mosaicos de Áreas Protegidas.
- **Conselheira Patricia Boson:** Apresentou a seguinte dúvida: se a agenda de ação é do Conama, dentro das competências do Conama ou se é uma agenda ambiental ampla de ação do Ministério.
- **Presidente Capobianco:** Considerou excelente a pergunta que dá a oportunidade de esclarecer esse ponto. Esclareceu que é uma agenda do sistema na sua agenda do Sistema Nacional do Meio Ambiente, onde parte das responsabilidades caberão ao Conama, parte das responsabilidades caberão ao MMA, Ibama, Instituto Chico Mendes, SFB, e Jardim Botânico e outras vinculadas, parte caberá aos estados, parte aos municípios e, evidentemente, com a participação direta da sociedade civil nas diferentes instâncias de governo. Então é uma agenda do Sistema Nacional Do Meio Ambiente. É uma ação proativa e positiva de todo o sistema na implementação da agenda socioambiental no país no biênio 2024/2025.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Diretora Marcela Moraes:** Complementou que é uma oportunidade para pensar nas prioridades comuns. Um espaço privilegiado para discutir os objetivos comuns para os próximos dois anos. Então ela seria muito maior do que uma agenda para o Ministério do Meio Ambiente e é muito interessante por parte da sociedade civil trazer uma agenda para o Conama, que é o órgão consultivo e deliberativo do sistema, porque é nesse âmbito que os diversos segmentos trabalham juntos. Então, se existem proposições para o Conama que podem contribuir para o avanço do sistema, é muito importante utilizar esse momento para identificar esses temas.

3. Resultado: Foi realizada a apresentação introdutória sobre a Agenda Nacional de Meio Ambiente, foram apresentados os objetivos do PPA que dialogam com o Ministério do Meio Ambiente, foram apresentadas as contribuições da sociedade civil, foi realizado o debate sobre a agenda com os participantes, foi pactuado o encaminhamento de enviar para todos as contribuições da sociedade civil e do MMA sobre a agenda e no caso do recebimento de novas contribuições será realizada mais uma reunião do Cipam. Foi recomendado colocar as propostas recebidas dentro das prioridades do governo federal e das prioridades do MMA e verificar como elas endereçam a aderência ao PPA, ao Ministério e às prioridades de governo.